



Audiência com a Comissão para a Educação e Ciência

Ex. Sr. Deputado Porfírio Silva,

Exs. Srs. Deputados da Comissão de Ciência e Educação e demais presentes,

Agradecemos a disponibilidade da Comissão de Educação e Ciência em nos receber.

Começamos por nos apresentar brevemente

Ana Petronilho (Instituto de Tecnologia Química e Biológica António Xavier, UNL)

Josefa Pandeirada (Universidade de Aveiro)

Maria João Amorim (Instituto Gulbenkian de Ciência)

Rúben Heleno (Universidade de Coimbra)

Teresa Summavielle (Instituto de Investigação e Inovação em Saúde)

Expomos agora o motivo que aqui nos trouxe.

A evolução que a Ciência em Portugal experimentou nos últimos anos é, sem dúvida, uma das nossas grandes conquistas. Manter o reconhecimento internacional e expandir esta produtividade deve ser uma prioridade para o nosso País numa ação concertada e apartidária. Atualmente, estamos acima ou no mesmo nível de muitos países europeus em várias áreas científicas, e isto deve-se ao investimento feito em Ciência nos últimos 20 anos. A aposta na Ciência, Educação, Saúde e Cultura é uma importante força motriz para o desenvolvimento das Sociedades, gerando crescimento económico e qualidade de vida. Temos, talvez pela primeira vez na nossa história, a massa crítica necessária para uma economia assente no conhecimento e na produção de valor. Paradoxalmente, é na Ciência que se verifica um dos maiores níveis de precariedade (como recentemente verificado através do número de requerimentos recebidos pela CAB de Ciência no âmbito do Programa de Regularização Extraordinário de Vínculos Precários da Administração Pública, PREVPAP, - cerca de 5000). Neste contexto uma política de Emprego Científico justa e baseada na meritocracia permitirá salvaguardar a continuidade da produção científica já conseguida, e reveste-se da maior relevância.



Quem somos?

Somos 800 investigadores com contratos a termo, assinados ao abrigo do programa investigador FCT. Muitos de nós desempenham simultaneamente funções docentes, e são responsáveis por grupos de investigação, com responsabilidade de orientação de investigadores mais jovens e alunos de pré- e pós-graduação. Somos, fruto do investimento que Portugal fez em Ciência, parte do capital humano mais qualificado do País, e estamos em risco de desemprego a partir de janeiro de 2018.

Como chegámos aqui

Nos últimos 20 anos o nosso país tem vindo a desenvolver uma série de programas que catapultaram a Ciência realizada em Portugal para níveis nunca antes alcançados.

Em 2007 foi lançado o programa Ciência que, na descrição apresentada pela FCT, tinha como “objectivo (...) promover a inserção profissional de doutorados no sistema científico e tecnológico através de contratos individuais de trabalho”. De acordo com a FCT, terão sido contratados pelas Instituições cerca de 1200 investigadores por períodos de 5 anos ao abrigo deste programa.

Seguiu-se o programa Investigador FCT que, como descrito pela FCT, tinha por objetivo “criar as condições para o estabelecimento de líderes científicos, através da atribuição de financiamento por 5 anos aos mais talentosos e promissores cientistas dos quais se esperava o “desenvolvimento de linhas de investigação inovadoras, em centros de investigação portugueses.” Ainda na descrição do seu promotor, este era um programa “centrado no investigador, altamente competitivo, de recrutamento dos investigadores doutorados mais criativos e inovadores e que demonstrassem capacidade de independência e liderança na sua área científica”. Entre 2012 e 2015 foram recrutados 800 investigadores, contratados em três níveis de desenvolvimento de carreira de acordo com a sua experiência, independência e capacidade de liderança nas respectivas áreas de investigação.

Muitos de nós passaram pelo programa Ciência e estão agora contratados ao abrigo do programa IF. Outros estavam no estrangeiro e voltaram a Portugal respondendo ao apelo



do programa IF. Outros ainda, eram bolsheiros de pós-doutoramento e foram integrados como Investigadores em unidade de investigação onde começaram, em muitos casos, linhas inovadoras que mantêm em funcionamento.

De acordo com as Estatísticas apresentadas pela FCT, em 2007 foram investidos cerca de 1 M€, montante que aumentou substancialmente até 2011, atingindo um total de 55.1 M€. Desde então o investimento decresceu consideravelmente estagnando em valores na ordem dos 37 M€. Nestes montantes inclui-se também o investimento no programa Wellcome II e Cátedras Convidadas.

O que demos de volta?

Números recolhidos dentro de algumas das instituições com maior número de Investigadores FCT, indicam que nos últimos 4 anos estes investigadores atraíram mais de 90 Milhões de Euros para as suas Instituições, financiamento este que lhes permitiu fazer investigação científica de ponta e criar novos postos de trabalho. Publicaram mais de 4000 artigos científicos (muitos deles de altíssimo impacto científico e translacional), orientaram pelo menos 500 alunos de doutoramento e 700 alunos de mestrado. Note-se que estes números se referem apenas a 180 Investigadores recenseados num universo de cerca de 800, demonstrando muito claramente que este é um investimento que dá lucro ao País. A comprová-lo está o facto de nos últimos 2 anos, pela primeira vez, Portugal ter conseguido trazer da Europa um maior volume de fundos para Investigação do que o valor que lhe coube investir. Se tudo isto não fosse por si só suficiente para demonstrar a mais-valia destas contratações, poderíamos ainda acrescentar que a maioria dos investigadores financiados pelo prestigiado European Research Council em Portugal, foram Investigadores contratados ao abrigo destes programas.

A expectativa subjacente a estes programas ...

Estes programas criaram nos investigadores a expectativa de integração a médio prazo nos quadros das instituições de acolhimento. O guião de candidatura era bem explícito no sentido de afirmar que a manutenção dos melhores destes investigadores pelas



Instituições para além do período de financiamento via FCT, seria altamente valorizada. Às instituições por seu lado, era pedido que confirmassem a sua capacidade para acolher estes investigadores após o fim do apoio FCT. No entanto, a maioria não contratou qualquer investigador.

De acordo com o Monitor da Educação e Formação 2016 da UE, Portugal é infelizmente um dos países europeus com maior taxa de emigração altamente qualificada, sendo de 63 % a percentagem de cidadãos portugueses altamente qualificados registados como residentes noutros países europeus que emigraram nos últimos anos. Se nada for alterado, a atual política de emprego científico vai potenciar uma nova «fuga de cérebros», lesando a nossa competitividade internacional e desperdiçando o investimento já feito.

O que esperamos agora?

Este é o ponto que nos trouxe aqui hoje. Em maio passado, altura em que solicitámos a presente audiência, enviámos um documento no qual tecemos algumas considerações sobre o Projeto de Regulamento do Emprego Científico (REC) para o período de 2017-2019 na altura em discussão pública. Em particular, manifestámos a nossa preocupação pelo facto de nenhuma das 8 linhas de ação apresentadas neste projeto incluir propostas específicas que permitissem a estes Investigadores continuar a desenvolver as suas atividades de investigação no nosso país, dando continuidade ao trabalho já elaborado e potenciando o investimento neles feito até ao momento. Tal é incompreensível num programa que pretende refletir *“a relevância que o emprego científico assume na sociedade portuguesa.”* Em Julho reforçámos a nossa preocupação enviando aos Membros desta Comissão um Manifesto assinado por mais de 600 investigadores. Embora tenham já decorridos cerca de 5 meses, alguns dos aspetos focados nestes documentos continuam a merecer a nossa atenção. Referimo-nos em particular a:

1. **“Concursos de apoio individual à contratação de doutorados”**. Estes concursos vão destinar-se, preferencialmente, a doutorados há menos de 6 anos. Esta medida discrimina não apenas os atuais Investigadores FCT, como todos os outros investigadores com situações precárias de longa duração. A comunidade científica aguarda a abertura urgente



destes concursos, acompanhada de regulamentação justa para todos os níveis de contratação. Apelamos a que seja garantida a equidade de acesso a todos os investigadores independentemente do número de anos de doutoramento, propondo a eliminação da proposta de REC (Artigo 21º, Secção I) da preferência por doutorados há menos de 6 anos, ou, em alternativa, que estes concursos sejam abertos em diferentes níveis de contratação, ficando a preferência por doutorados há menos de 6 anos limitada ao nível inicial.

2. **“Apoio parcial às Instituições para que procedam à contratação sem termo” (Secção II do REC).** Vemos com preocupação a inclusão da carreira de docente do Ensino Superior como estímulo ao emprego científico e tecnológico. A Visão e Missão da FCT contrapõem-se ao regulamento proposto no REC, pelo uso de fundos de Ciência para financiar a carreira de docente do Ensino Superior.

A omissão, na actual proposta de REC, de um apoio a 100% para as Instituições que pretendam contratar doutorados para fazer investigação em exclusividade, é em si um sinal muito preocupante.

3. **“Contratações via Instituições de Ensino Superior (IES) de acordo com os contratos de legislatura firmados em Julho de 2016.”** O recrutamento institucional e os planos de desenvolvimento de carreira financiados exclusivamente pelas instituições de ensino superior, que estão desbloqueados desde Julho de 2016, não surtiram até agora o efeito desejado; pelo que a previsão de 900 contratos lançada pela FCT dificilmente será alcançada. De um modo geral, os responsáveis pelas IES manifestaram já indisponibilidade para contratar investigadores, estando apenas interessados na contratação de docentes.

Isto é particularmente preocupante no âmbito do histórico de endogamia das nossas Instituições de Ensino Superior, com uma taxa superior a 90%. Os editais de muitos dos concursos já abertos ao abrigo da Lei 57/2017, mostram claramente que as Universidades não estão empenhadas em contratar os candidatos mais qualificados.



4. **Outras vias de contratação** - Entre as 8 linhas para a “contratação de investigadores” é ainda proposta a contratação de investigadores doutorados através de Projetos de I&D financiados pela FCT - Embora esta seja uma estratégia melhorada para a integração inicial de jovens doutorados nas equipas de investigação, estes contratos não se adequam de modo algum à contratação de investigadores de carreira, nem à contratação de Investigadores sénior.

5. **PREVPAP** - Gostaríamos ainda de trazer à discussão o Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP), que constitui uma oportunidade única para alterar o vínculo de muitos. Preocupa-nos a ausência da definição de mecanismos claros de integração de Investigadores, em entidades com autonomia financeira tais como as Universidades.

Queremos salientar que o programa PREVPAP deve responder claramente às exigências de muitos Investigadores FCT, contemplando também mecanismos de integração de investigadores que operam em ‘outsourcing’, sendo esta, de facto e bem além da vontade dos próprios, a condição de quem trabalha em centros de investigação oficialmente parte de Universidades públicas, mas com regimes jurídicos de direito privado.

Conclusão

O programa investigador FCT, permitiu, sem sombra de dúvida, um desenvolvimento sem precedentes da qualidade, quantidade e impacto da investigação em Portugal como revelam os posicionamentos de liderança científica internacional ocupados por várias Instituições do nosso país. No entanto, a actual política de Emprego Científico responsabiliza a Instituições de Investigação e Ensino Superior pela continuidade das carreiras destes investigadores, sem criar mecanismos e ferramentas para a sua efetiva contratação. Como resultado, estes investigadores, apesar da inquestionável contribuição para o avanço da Ciência em Portugal, estão em risco de se encontrarem desempregados a breve prazo. Com o fim destes contratos deixam também de estar asseguradas condições de continuidade para os grupos de investigação que coordenam, arrastando consigo doutorados mais jovens, e alunos de pré- e pós-graduação. Em 2018, depois de 2 décadas



de investimento, de crescimento e de reconhecimento da investigação feita em Portugal, se nada for alterado, iniciaremos o declínio em direção à extinção.

Perspectiva-se que o orçamento de Estado para a Ciência possa crescer substancialmente nos próximos anos. Gostaríamos de ver este aumento reflectido numa verdadeira política de emprego científico a médio e longo prazo, e não apenas em mais contratos precários. Os países que nos são geográfica e culturalmente próximos têm desde há muito Agências de Contratação de Doutorados. Na vizinha Espanha temos a Agencia estatal Consejo Superior de Investigaciones Científicas com capacidade de contratar sem termo investigadores de carreira. Em França, existem 3 Agências estatais (CNRS, INSERM, INRA) que, no seu conjunto, contratam anualmente, sem termo, cerca de 1000 investigadores. Em Inglaterra os diferentes Research Councils não oferecendo posições sem termo, permitem renovações sucessivas em função de nova avaliação. E muitos outros exemplos poderíamos citar. Não existe (pelo menos disponível) nenhum estudo de impacto económico que nos mostre não ser possível adoptar um sistema semelhante em Portugal.

Este não é só um problema dos Investigadores FCT, é um problema global da Política Científica em Portugal e da profunda instabilidade da Carreira de Investigação Científica. É já tempo de o Nosso País usufruir de uma política de emprego científico estável, e de abandonar este sistema de precariedade e imprevisibilidade em que temos vivido. Os Investigadores merecem desenvolver a sua atividade com dignidade e estabilidade. O País merece um crescimento científico sustentado.

Pelos Investigadores FCT

11 de Outubro de 2017